

VIOLAÇÃO DE LOCAIS DE CRIME: MP INVESTIGA DENÚNCIAS APRESENTADAS PELO SINPCRESP

O Ministério Público decidiu investigar a denúncia feita pelo Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), que revela a prática comum de violação de locais de crime por policiais civis. Segundo o Sindicato, profissionais alheios à Superintendência da Polícia Técnico Científica (SPTC) estão realizando procedimentos inadequados em locais de crime, emitindo documentos como se fossem laudos periciais, mas que não possuem validade legal, uma vez que não foram confeccionados por peritos criminais oficiais.

As denúncias recebidas pelo Sindicato e enviadas ao Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (GAESP) indicam que essas ilegalidades ocorrem quando a Polícia Civil aciona equipes do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD) antes das equipes periciais do Instituto de Criminalística (IC). Em alguns casos, a Polícia Civil aciona apenas o IIRGD, sem envolver o IC, o que caracteriza a violação dos locais de crime.

De acordo com a legislação vigente, apenas peritos criminais, médico-legistas e odontologistas são autorizados a emitir laudos periciais no âmbito criminal. A preservação do local de crime deve ser garantida pela Polícia Civil até a chegada dos peritos criminais, conforme estipulado pela Resolução nº 382/1999 da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Em resposta ao ofício do SINP-



CRESP, o Ministério Público determinou o envio de um ofício para o superintendente de Polícia Técnico-Científica questionando se houve comunicação formal do problema ao Secretário de Segurança Pública e quais as providências tomadas em virtude das denúncias feitas pelo sindicato.

Histórico de reclamações

O SINPCRESP explica que desde 2019 tem questionado a Secretaria de Segurança Pública (SSP) sobre problemas nos procedimentos de produção de provas periciais, mas não recebeu quaisquer respostas ou ações corretivas. “Laudos produzidos por profissio-

nais que não são peritos são inválidos em processos judiciais, o que pode acarretar a falta de punição a culpados pela nulidade processual”, alerta o presidente do SINPCRESP, Bruno Lazzari de Lima.

Para o dirigente sindical, a determinação do MP para investigar as denúncias é um passo fundamental para garantir a integridade dos locais de crime e a validade dos laudos periciais. “O objetivo é fazer com que os procedimentos legais sejam rigorosamente seguidos, protegendo assim a qualidade dos laudos e, conseqüentemente, das investigações criminais no Estado de São Paulo”, completa Lazzari.

SINPCRESP VAI AO CONGRESSO OBTER APOIO PARA APROVAÇÃO DA PEC 76/2019

O presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), Bruno Lazzari de Lima, esteve em Brasília nesta terça-feira (9/7) para cumprir uma agenda de compromissos importantes para a categoria. Ao lado de representantes de entidades do Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Amazonas e Maranhão, o presidente do SINPCRESP participou de reuniões na Associação Brasileira de Criminalística (ABC) para discutir o andamento da PEC 76, a Proposta de Emenda à Constituição que visa incluir a Polícia Científica no rol de órgãos de segurança pública e garantir a independência da perícia criminal em relação às demais forças policiais.

Durante a reunião, também foram discutidas propostas de lei que fazem referência à atividade pericial, com o intuito de garantir que a legislação contemple as necessidades e especificidades da profissão.

Após as reuniões na ABC, os pre-



sidentes das entidades representativas da perícia criminal se dirigiram ao Congresso Nacional. Lá, tiveram a oportunidade de sensibilizar os parlamentares sobre a relevância da aprovação da PEC 76/2019 para a Justiça Criminal. “Fomos recebidos pelo deputado Roberto Monteiro Pai e pudemos explicar a ele a importância desta emenda para o fortalecimento da perícia e da Justiça no Brasil”, comentou Lazzari.

Na avaliação do presidente do SINPCRESP, os congressistas estão

sensibilizados pela necessidade de incluir a Polícia Científica no rol de órgãos de segurança pública e de garantir a independência da perícia criminal em relação às demais forças policiais. “Nosso trabalho continuará e estamos otimistas quanto à aprovação da PEC 76. Este reconhecimento é fundamental para assegurar a imparcialidade e a eficácia dos processos criminais, contribuindo para uma Justiça mais eficiente”, completa o presidente do SINPCRESP.

SINPCRESP É DESTAQUE NO ESTADÃO EM REPORTAGEM SOBRE PERÍCIA EM ACIDENTES DE TRÂNSITO

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) foi destaque no jornal Estadão, detalhando como é realizada a perícia em casos de acidentes de trânsito. O presidente do SINPCRESP, Bruno Lazzari, ressaltou a importância da perícia criminal para a elucidação da dinâmica dos acidentes, como o recente caso do motorista do Porsche que atropelou e matou um motociclista na Avenida Interlagos.

No início da semana passada o motociclista Pedro Kaique Ventura de Figueiredo morreu após ser arrastado por um Porsche amarelo na Avenida Inter-

lagos, zona sul de São Paulo. O motorista do carro de luxo, Igor Ferreira Saucedo, foi preso após a Polícia Civil analisar imagens de câmeras de segurança e concluir que houve perseguição e intenção ou risco assumido de matar, resultando em homicídio doloso.

A defesa de Saucedo alega que houve uma “fatalidade”. A Secretaria da Segurança Pública (SSP) prevê usar na perícia o recurso de escaneamento e maquete 3D, similar ao utilizado em outro caso envolvendo uma Porsche, em março, no Tatuapé.

Segundo Bruno Lazzari, mesmo com as imagens de câmeras de segu-

rança mostrando a perseguição e o momento da colisão, a perícia é crucial para verificar detalhes da ocorrência. A perícia pode confirmar se Saucedo tentou frear ou virar o veículo para evitar o choque, a velocidade em que dirigia e se o retrovisor foi quebrado antes da colisão.

À reportagem do Estadão, o presidente do SINPCRESP ressaltou a importância da perícia criminal para reconstruir a dinâmica dos acidentes e entender as circunstâncias que levaram à colisão, podendo corroborar ou desmentir depoimentos e versões iniciais dos fatos.

PERITOS DE SP PUBLICAM ESTUDO NA REVISTA BRASILEIRA DE CRIMINALÍSTICA

Os peritos criminais do Instituto de Criminalística de São Paulo Victor Cominato Theodoro e Gabriel Pinto de Oliveira publicaram, na Revista Brasileira de Criminalística, um estudo sobre os locais de suicídio na capital paulista. A dupla analisou 512 laudos de locais de suicídio ocorridos entre os anos de 2016 e 2023. “O suicídio é um problema de saúde global, a segunda causa mais comum de morte entre jovens. O estudo pretende fornecer uma análise detalhada, contribuindo para a compreensão das dinâmicas envolvidas e auxiliando na formulação de estratégias de prevenção”, afirma Oliveira.

O perfil das características dos locais de suicídio na Capital pode ser comparado com estatísticas nacionais, publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e com dados de publicações de peritos de outras regiões do país, revelando os contrastes e semelhanças entre as áreas analisadas.

As estatísticas de São Paulo foram comparadas com as relatadas em um trabalho similar, feito no sertão da Paraíba entre os anos de 2013 e 2017.

Um dos dados obtidos é a predominância de indivíduos do sexo masculino, que na amostra da cidade de São Paulo representam 80,9% do total de casos. Essa prevalência está em consonância com os dados nacionais, que foram de 75,8%, em 2016, e 77,7%, em 2019, segundo a OMS. Essa prevalência também é observada na amostra do sertão paraibano, onde 83,3% dos casos envolveram indivíduos do sexo masculino.



Semelhanças

Outra característica em comum entre as amostras da cidade de São Paulo e as da região do sertão da Paraíba é o enforcamento como principal meio utilizado. Nos dados

obtidos para a cidade de São Paulo, cerca de 56% deles ocorreram por enforcamento, enquanto no sertão paraibano essa taxa foi de aproximadamente 76%. Na avaliação dos peritos criminais, isso se deve à facilidade de comprar e utilizar os instrumentos necessários para sua consumação.

As diferenças entre o cenário da metrópole e o da região

predominantemente rural também acabam se impondo nas estatísticas: o segundo meio mais comum utilizado para a prática do suicídio na amostra da cidade de São Paulo foi a precipitação, enquanto nenhum registro desse caso foi relatado para o sertão da Paraíba. Essa diferença se deve, muito provavelmente, à grande quantidade de edifícios e viadutos na grande cidade, quando comparada a uma região rural.

Outro contraste é uma maior ocorrência de suicídios por envenenamento na região do sertão da Paraíba, que representa 6,7% dos casos daquela amostra, enquanto na capital paulista apenas 1% dos casos de suicídio ocorreu por envenenamento. Um fato que pode explicar essa diferença é a maior facilidade de acesso a agrotóxicos na região rural.

Sem margem para dúvida

Um dado interessante obtido apenas com a amostra da cidade de São Paulo é que, dentre os casos de suicídio, mais de 72% foram constatados em suspensão incompleta, enquanto os casos de suspensão completa representam menos de 28% do total de enforcamentos.

Os peritos explicam que essa informação é importante porque há questionamentos frequentes, por parte de autoridades, aos laudos periciais, indagando sobre a possibilidade de o indivíduo ter se enforcado mesmo com os pés tocando o chão ou qualquer outra superfície. Além de ser possível, conforme esclarece a medicina legal, os casos de enforcamento por suspensão incompleta são majoritários.

Local preservado

O estudo revelou que em 51,4% dos casos, o corpo permaneceu na posição original após a morte. Alterações no local ocorreram em 48,6% dos casos, muitas vezes devido a tentativas de socorro por familiares ou amigos.



CONHEÇA O NOVO PRESIDENTE DO SINPCRESP

Biólogo; médico veterinário; graduando em Direito; pós-doutorado em genética; membro da Comissão de Medicina Veterinária Forense do Instituto de Criminalística de São Paulo; membro da Comissão de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP e membro colaborador da Comissão de Proteção e Defesa Animal da OAB-SP, Bruno Lazzari de Lima, de 42 anos, é o novo presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), que liderará a entidade até 2027.

Bruno assume com uma visão política de aliar a presença na Assembleia Legislativa e no Congresso, com a maior proximidade dos profissionais que atuam nas ruas, muitas vezes em condições adversas. Além de lutar pela independência da Polícia Científica, Bruno Lazzari pretende melhorar as condições de trabalho dos peritos criminais, protegendo-os contra o assédio e garantindo uma infraestrutura adequada.

Para fortalecer a união e a colaboração entre os peritos, Bruno planeja promover eventos e cursos de atualização, mostrando a importância do sindicato e oferecendo oportunidades de desenvolvimento profissional.

Confira abaixo entrevista com o novo presidente e conheça os planos da nova gestão para o sindicato.

Quais são as principais metas e objetivos da nova Diretoria do SINPCRESP para os próximos anos?

Sempre pensei que o papel de um presidente ou diretor sindical fosse político. O sindicato precisa estar presente na Assembleia Legislativa e no Congresso, buscando melhoria salarial e a aprovação da PEC que nos inclua dentro da Constituição Federal para que a gente alcance uma autonomia ainda maior. E para que, obviamente, no caso do salário, os peritos tenham uma condição melhor de vida. E eu acho que esse papel, nas gestões anteriores a mim, em especial na gestão do Eduardo Becker, foi muito bem feito. Ele cumpriu esse papel de uma maneira muito adequada.

Eu sinto que o sindicato precisa se aproximar um pouco mais daqueles que estão na rua, trabalhando duran-



te a noite no frio, expostos ao perigo, à violência. Eles precisam de uma atenção maior. Eu deixei muito claro para os meus colegas que compõem a nossa chapa que o meu objetivo principal seria melhorar as condições de trabalho e proteger esses profissionais contra o assédio.

Quero entender por que que as nossas viaturas não são renovadas da mesma forma que ocorre com a Polícia Militar e com a Polícia Civil. Quase todos os anos ou a cada dois anos eles têm uma renovação de frota e a nossa demora cinco anos, seis anos. Nossas viaturas estão sem farol, sem sirene, sem giroflex, com os bancos rasgados, cheirando a mofo, em condições terríveis e não são renovadas. Constantemente um colega manda mensagem no grupo avisando que está na rua porque a viatura não liga.

Eu sou plantonista, gosto de trabalhar na rua e já passei por situações no prédio sede que são inimagináveis para a maior Polícia Científica do hemisfério sul, que pertence ao estado mais rico da nação. Já faltou papel higiênico, água e tivemos que comprar do próprio bolso.

E eu não culpo, que fique muito claro isso, a superintendência, eu não culpo a diretoria, porque quem dá a verba é quem está acima deles. A superintendência e os diretores precisam administrar os poucos recursos que recebem para sustentar uma instituição que custa caro, mas é importante e tem que ser respeitada.

Como a nova Diretoria planeja fortalecer a união e a colaboração entre os peritos criminais do estado de São Paulo?

O perito criminal só vai perceber a importância do sindicato quando sentir na pele, literalmente. Quero me aproximar do pessoal que está na rua e mostrar que o sindicato está ali para ajudá-lo, para protegê-lo, que o perito é importante, e mostrar que, sem o sindicato, o pouco que já foi conquistado não estaria aí. A melhor forma de eu me aproximar e fortalecer a colaboração entre peritos criminais é mostrando o trabalho que faremos.

Além disso, o sindicato vai proporcionar eventos e cursos de atualização para os colegas. Dentro da nossa diretoria a gente tem um grupo bastante heterogêneo, com formações diferentes, que trabalham em lugares diferentes. Então, eventos e cursos serão muito importantes para fortalecer essa união.

Quais ações específicas serão tomadas para melhorar as condições de trabalho dos peritos criminais?

Nós vamos fazer um levantamento das condições de trabalho dos núcleos e das equipes distribuídas pelo Estado. Pretendo visitar esses núcleos e equipes, questionar o que está faltando para os peritos terem uma melhor condição de trabalho e exercerem as atividades de uma forma mais adequada.

Depois vamos nos aproximar da diretoria e da superintendência, apresentar essas demandas e buscar soluções, trabalhando em harmonia. A intenção é ajudar a superintendência e não se contrapor a ela. Evidentemente, existirão situações em que o sindicato vai bater de frente, porque a superintendência vai ter uma visão, nós teremos outra. E a nossa visão sempre estará alinhada com os peritos criminais. *(Leia mais)*

Confira a entrevista completa no site do Sindicato

LEIA O QR CODE

